

INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO BRASIL COLONIAL E IMPERIALⁱ

Maria Isabel Moura Nascimentoⁱⁱ

Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR - UEPG
misabel@lexxa.com.br

RESUMO:

Neste artigo apresentamos o processo de transformação da sociedade no período que as primeiras Instituições Escolares foram criadas no Brasil, que está ligada ao modo pelo qual os homens se reproduzem socialmente e a forma pelo qual eles organizam o modo de produção. Muito embora o artigo tenha como objeto a Instituição Escolar procura-se estudá-lo no processo de transformação da sociedade e não isoladamente. As Instituições Escolares que foram criadas no Brasil acompanham o movimento e os interesses da sociedade, que são determinados pelo regime de produção. Muito embora algumas das Instituições Escolares tenham se tornado marcos histórico, que já foram objeto de estudos, não invalida o presente estudo que procura situar o objeto em relação à formação da sociedade brasileira nos períodos: colonial e imperial. Em resumo, não se pode compreender o processo de criação das instituições escolares, sem examinar a maneira pela qual se organiza a estrutura de apropriação (econômica) e dominação (política) do país.

Palavras-Chave: Instituições Escolares; História da Educação; Colônia e Império-Brasil

SCHOOL INSTITUTIONS: COLONIAL AND IMPERIAL BRAZIL.

ABSTRACT:

In this article we present the process of transformation of the society during the period in which the first School Institutions were created in Brazil, what is connected to the way the men reproduce socially and the form by which they organize the ways of production. Although the article has as object the School Institutions, we seek to study it inside the process of transformation of the society and not isolated. The School Institutions that were created in Brazil follow the movement and the interests of the society, which are determined by the regimen of production. Even though some of the School Institutions have become historical landmarks, and so, have already been object of studies, it does not invalidate the present study that aims at pointing out the object in relation to the formation of the Brazilian society in the following periods: imperial and colonial. In summary, we cannot understand the process of creation of the School institutions, without examining the way the structure of appropriation (economic) and domination (politics) of the country is organized.

Key- words: School Institutions; History of the Education; Colony and Empire-Brazil

INTRODUÇÃO

Toda sociedade tem sua dinamicidade, que acontece de forma a se realizar através da produção e reprodução, num processo de transformação da sociedade. No período em que as primeiras Instituições Escolares foram criadas no Brasil, estamos considerando ao modo pelo quais os homens se reproduzem socialmente e a forma pelo qual eles organizam o modo de produção. Muito embora o artigo tenha como objeto a Instituição Escolar procura-se estudá-lo no processo de transformação da sociedade e não isoladamente.

As Instituições Escolares que foram criadas no Brasil acompanham o movimento e os interesses da sociedade, que são determinados pelo regime de produção. As Instituições vão sendo criadas, organizadas e (funcionando) porque são organizadas de acordo com os interesses essenciais para a sociedade burguesa, que age através das estruturas de apropriação (econômica) e a de dominação (político). De Norte a Sul do país os antagonismos são identificados, muito embora algumas destas Instituições sejam marcos históricos, que já foram objeto de estudos, não invalida o presente estudo que procura situar o objeto em relação à formação da sociedade brasileira nos períodos: colonial e imperial.

A Instituição Escolar não é feita apenas de professores, alunos e métodos, embora eles sejam importantes. Ela se constitui a partir das condições dadas pela estrutura básica que são dadas pelo modo de produção. Da mesma forma podemos refletir que a divisão social do trabalho vai se concretizar através do movimento de produção, de apropriação, e relações de produção e as necessidades partem deste meio em que grupo está inserido socialmente.

Para uma determinada classe dominante e esse processo é organizado para atender os seus e os camuflado através de leis e decretos ou discursos governamentais interesses não são facilmente identificados pela sociedade mais pobre que necessitam de Instituições escolares públicas

Isso se dá através de princípios em uma comunidade politicamente organizada, ocupando determinado território e dirigida por um governo, estabelecendo desta forma as relações, que absorvem as tendências dominantes em cada momento da história. Os dois períodos aqui apresentados (Colônia e Império) caracterizam as Instituições Escolares de cada época, buscando identificar o desenvolvimento e os conflitos para se chegar os interesses que desenharam à história das Instituições Escolares no Brasil.

Percorrendo essas idas e vindas na História, pois é identificado com momento de um Estado, marcado pelo predomínio de interesses particulares, como um apanágio das elites dominantes, normalmente destinadas a posições de comando, poder e prestígio.

A partir destas circunstâncias, que são históricas, portanto determinadas, procuramos neste artigo identificar as Instituições Escolares no país.

Quais são elas?

1.2- BRASIL-COLÔNIA

Durante três séculos, o Brasil ficou na condição de colônia portuguesa, que tinha como princípio beneficiar a metrópole. A sociedade política era formada por representantes legais do poder da metrópole, uma vez que aqui não havia instituições autônomas. A economia girava em torno da metrópole, adotando um modelo agroexportador assentado em um só produto.

O açúcar era um produto que na Europa tinha grande aceitação e com um valor alto de venda. Com a boa adaptação do açúcar em solo brasileiro, principalmente no Nordeste, o plantio começou em larga escala. "Seria uma forma de Portugal lucrar com o comércio do açúcar, além de começar o povoamento do Brasil".

Os pioneiros da colonização do Guaiaó do Prata (1501 a 1530)



Fonte: Prefeitura de Santos/2006

Com esse objetivo, é enviado ao Brasil o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, em março de 1549. Imbuídos de outras motivações, com sua comitiva chegam os primeiros padres da Companhia de Jesus, fundada por Iñigo Lopez de Loyola (Inácio de Loyola) e alguns discípulosiii, na Capela de Montmartre, Paris, em 1534. O objetivo inicial da Companhia era prestar acompanhamento hospitalar e missionário em Jerusalém ou outro local indicado pelo Papa, sem questionamento. Posteriormente, a Companhia expandiu-se mundialmente, dedicando-se à educação e à catequese, e Inácio foi canonizado.

A Companhia de Jesus foi aprovada pelo Papa Paulo III, em 27 de setembro de 1540. Em 1549, desembarcavam no Brasil-Colônia os primeiros Jesuítas: o Padre Manoel da Nóbrega, como integrante do projeto colonial, e mais quatro companheiros, com a tarefa inicial de organizar o catolicismo no Brasil.

Quando os jesuítas aqui chegaram, a população existente era formada em sua maioria de índios nativos, alguns negros trazidos desde 1538 e uns poucos brancos portugueses. Os índios eram capturados e aprisionados pelos portugueses e, como sinal de prêmio a Coroa Portuguesa, de acordo com o número de capturados, oferecia terras para os colonizadores, e esses mesmos índios eram escravizados para realizarem trabalhos forçados, na tentativa de implantar a lavoura de cana-de-açúcar em larga escala.

No Brasil colonial, a rede de alianças formada pelo clero, colonos e a Coroa resultou num acerto de interesses para a organização eclesial, mas não eclesiástica, onde a Igreja Católica, como representante da comunidade dos cristãos, mas como uma estrutura administrativa, juridicamente delineada a serviço da metrópole. Nessa perspectiva, a ideologização do projeto colonial consubstanciou-se na ação missionária e evangelizadora exercida pelas ordens religiosas colonial, junto aos grupos indígenas : "[...] a Igreja ajudou a enorme massa de desprovidos de bens materiais a pensar como o desejavam os donos do poder, e não como requeria a sua condição material no processo produtivo." (MEDEIROS)

Os jesuítas entraram no sertão, empenharam-se na catequese dos índios, fundaram escolas para os filhos dos colonos e procuraram impor aos portugueses as normas da moral cristã no relacionamento com os indígenas. Assim, tentaram impedir a escravização de índios e a exploração sexual das mulheres indígenas pelos colonizadores.

Não se pode esquecer que, apesar de os jesuítas serem os primeiros educadores enviados ao Brasil, estes não tinham o intuito de educar, mas sim de catequizar os indígenas, a fim de angariar trabalhadores para a Coroa. Eles estavam cientes de que, para

converter os nativos à sua fé, seria necessário primeiramente alfabetizá-los. Assim, para atingir o objetivo jesuítico na Terra de Santa Cruz, era preciso começar a catequizar as crianças, porque nelas ainda não estavam enraizados os hábitos e costumes da cultura indígena, enquanto que o trabalho com os adultos tornava-se praticamente impossível, devido às suas crenças.

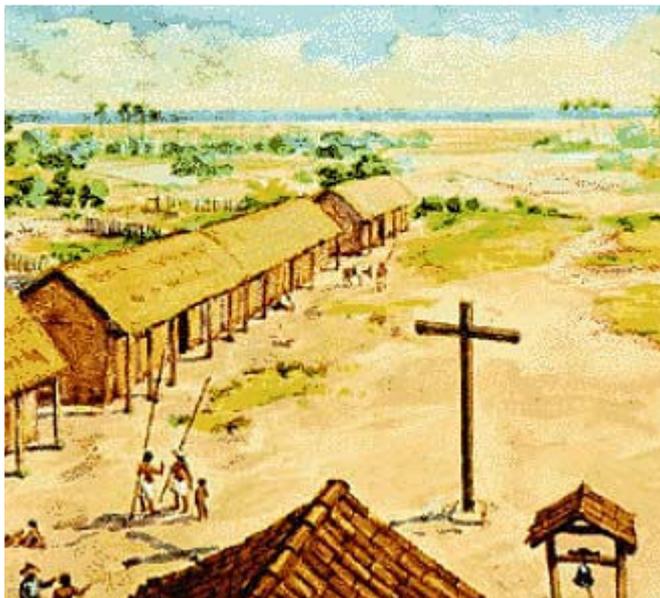
*"Mamelucos Conduzindo Prisioneiros Índios",
de Jean Baptiste Debret, São Paulo, Biblioteca Municipal*



Fonte: O Jornal O Estado de São Paulo
<http://www5.estadao.com.br/450/historia8.htm> (14.04/2006)

A Companhia de Jesus escolheu as crianças indígenas como o “papel em branco”, a cera virgem na qual pretendia escrever e inscrever-se. (1996, p. 12). Os jesuítas enfatizavam os aspectos divinos, ao tornar a criança semelhante à figura e imagem de Jesus Cristo. Entretanto, o mero discurso não é suficiente, pois, “[...] numa cultura dominada pela imagem, devemos questionar-nos sobre os discursos que fazemos a respeito da justiça, do serviço aos pobres, da sociedade sem discriminações, da abertura ao Espírito de Jesus”. (PRIORE, 1996, p. 158) A primeira medida de afastamento da criança de seu convívio sócio-familiar praticada no Brasil pelos jesuítas foi colocá-la em um local denominado “Casa dos Muchados”. Em 1585 já existiam no país cinco “casas” de acolhimento, situadas em Ilhéus (Bahia).

Aldeia Missionária”, por Zacarias Wagner, século XVII



Fonte: <http://www5.estadao.com.br/450/historia8.htm>(14.04/2006)

As almas indígenas deviam ser ordenadas e adestradas para receber a sementeira da palavra de Deus. Transformação da paisagem natural e também transformação dos nativos em cristãos: esta era a missão". (PRIORE,1996, p. 10).

Liderados pelo Padre Manoel de Nóbrega, assim que chegaram ao Brasil os jesuítas imediatamente construíram a primeira escola elementar brasileira, em Salvador, Bahia, cujo mestre foi o Irmão Vicente Rodrigues, o qual contava apenas com 21 anos de idade. (heloisa_c.sites.uol.com.br/hiedin.htm)

Com a chegada dos primeiros colonizadores europeus em 1535, a educação dos jesuítas ficou exclusivamente a cargo, dos religiosos católicos e predominantemente da congregação jesuítica, por 210 anos.

Jesuítas catequizando os Índios Óleo sobre tela de Antonio Parreiras (1913)



Fonte: Jornal Estadão 100 anos de história

1.3-AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

O período da permanência dos jesuítas no Brasil, que vai de 1549 a 1749, foi o de implementação dos estudos e a fundação dos primeiros colégios. A primeira escola oficial no país foi fundada em 1550, o Colégio dos Meninos de Jesus, deveria acompanhar os modelos educacionais de Lisboa. Os documentos dão conta de que sete meninos órfãos foram trazidos pela missão, para estudar nessa primeira instituição educacional.

No ano de 1554, junto com o Padre Manoel da Nóbrega, ele ajudou a fundar, em 25 de janeiro, o terceiro colégio jesuíta do Brasil, em Piratininga, um nome tupi e aquático. Vem do tupi pi'ra "peixe" e (mo)tininga, gerúndio de "secar", de onde "peixe secando ou seca peixe". Segundo Anchieta, por efeito de trasbordamentos, o rio Tamanduateí deitava fora peixes, em suas lagoas marginais e os deixava em seco, expostos ao sol. Os jesuítas fundavam essas vilas tanto para ser pontos de concentração de colonos mas também para ser pontos de catequese dos índios nativos. Então, como vemos, os jesuítas tiveram um papel muito importante na colonização da Capitania de São Vicente e também na colonização das terras brasileiras.

Em Salvador, a obra dos jesuítas seguiu para o Sul. Decorridas duas décadas, a Companhia era formada por cinco escolas de instrução elementar, localizadas em Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga; e três colégios, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia.

Fundação de São Paulo, por Oscar Pereira da Silva



Fonte: <http://www5.estadao.com.br/450/historia8.htm> (14.04/2006)

A expansão dos colégios não aconteceu apenas no território brasileiro. Em 1606 havia 193 colégios espalhados pelo mundo, sendo 36 na América, Índia e Japão. (QUERO, s. d., p. 18, citado por p. 8)

Vê-se, pois, que em menos de 70 anos houve uma verdadeira proliferação de colégios da Companhia. Isso se deveu certamente ao bom êxito alcançado, mas não menos à necessidade premente de se oferecer boa educação à juventude da época, pois ainda existiam poucos colégios ou escolas para jovens. (p. 68)

A criação dos colégios jesuíticos passou por diversas organizações. A primeira foram os colégios tipo residências, destinados aos meninos que seriam os futuros jesuítas. Esses residiam e estudavam no mesmo local e freqüentavam as universidades civis, para um maior controle dos futuros mandatários da doutrina e da fé cristã. A segunda é quando surgiram os colégios docentes para jesuítas, onde lá moram e ensinavam, ficando totalmente internos. No terceiro, esses colégios para docentes somente admitiam alunos

seculares, tendo como professores os jesuítas. Na última fase, surgiram os colégios só para seculares, ou só para jesuítas, onde era dada uma formação séria e sólida para os futuros membros da Companhia. Schmitz (1994, p. 41)

Os colégios próprios, só para jesuítas, os colégios para externos e também os seminários para o clero secular foram três iniciativas que surgiram desde cedo, para atender às necessidades da igreja e da Companhia. Quanto às universidades próprias, elas entraram um pouco mais tarde na cogitação de Santo Inácio e da Companhia. (SCHMITZ, 1994, p. 56)

Toda ação pedagógica dos jesuítas foi marcada pelas formas dogmáticas de pensamento, contra o pensamento crítico. O ensinamento proposto pelos jesuítas era alheio ao interesse da Colônia, o que mais tarde vai determinar a sua expulsão pelo Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho, primeiro-ministro de D. José I, rei de Portugal.

Havia dois modelos de instrução: um para os indígenas, centrado na leitura, escrita e algumas operações, e outro para os filhos dos colonos, consistindo num ensino mais intelectualizado.

O sistema educacional no período colonial no Brasil (1549-1808) era composto desde a sua origem de forma etnicamente plural e com diversas línguas, e neste sentido podemos perceber quem tinha acesso à educação disponível e quais as condições de acesso à educação oferecida.

O tom era dado pela *Ratio Studiorum*:

O plano de instrução era consubstanciado na *Ratio Studiorum*, cujo ideal era a formação do homem universal, humanista e cristã. A educação se preocupava com o ensino humanista de cultura geral, enciclopédico. [...] Esses eram os alicerces da Pedagogia Tradicional na vertente religiosa [...], é marcada por uma “visão essencialista de homem, isto é, o homem constituído por uma essência universal e imutável”. A essência humana é considerada criação divina e, assim, o homem deve se empenhar para atingir a perfeição, “para fazer por merecer a dádiva da vida sobrenatural. (SAVIANI, 1984, p. 12).

As escolas de jesuítas, especialmente os colégios e seminários em funcionamento em toda a Colônia, preenchiam perfeitamente essas funções, ajudando e assegurando dessa maneira a própria reprodução da sociedade escravocrata.[...] Com isso, a Igreja Católica não só assumia a hegemonia na sociedade civil, como penetrava, de certa forma, na própria sociedade política através dessa arma pacífica, que era a educação" (FREITAG, 1986:41).

Agindo assim, a Igreja, através das Instituições Escolares que se espalhavam em vários lugares do território, foi marcando seu domínio. Os jesuítas foram decisivos para a subordinação pacífica de massa submissa às relações de produção que eram implantadas. Pensando a educação nesta perspectiva, que é social, econômica e política, podemos identificar as instituições que eram organizadas naquele período para dar instrução.

São Paulo era o local de partida das Bandeiras em direção a outras localidades do País, muito embora essas entradas dos bandeirantes em outras localidades não contribuíssem para o crescimento econômico nem mesmo de São Paulo, porém foram eles os principais responsáveis "[...] pela exploração e ampliação do território brasileiro a Sul e a Sudoeste, bem como pelo extermínio das nações indígenas que resistem a esse empreendimento." (Estado de São Paulo 450 Anos).

O ensino era proposto nos rudimentos da fé, no estudo dos elementos e no escrever, havendo preocupação com um material pedagógico que atendesse às expectativas do ensino religioso. Uma correspondência do Padre Antonio Blaquez, de 1564, demonstra

essa preocupação com a necessidade de atualizar o material pedagógico quando solicitava "por caridade", ao Geral da Ordem, uma gramática, pois agora se ensinava por perguntas e respostas, dando ênfase à instrução. (PRIORE, 1996, p. 17).

Mesmo os depoimentos dos adversários dos jesuítas atestam a excelente qualidade da formação desses padres do ensino por eles proposto. Schwickerath, por exemplo, era um inimigo declarado dos jesuítas. De acordo com seu testemunho, os jesuítas eram os professores que sabiam melhor como tratar os meninos e conservar o zelo pelos estudos. Eles eram "excelentes e sutis filósofos" e, sobretudo, empenhados a colocar seus dons a serviço da educação dos jovens. Possuindo um vasto conhecimento, os jesuítas ensinavam, faziam pregações, escreviam poemas, crônicas, sermões etc. instruíam a juventude gratuitamente, com extremo e incansável zelo, revelando um caráter íntegro e um comportamento singelo. (SCWICKERATH, 1903, p. 146, citado por p. 149-150). Na verdade, como se sabe, alguns jesuítas foram considerados bem-aventurados pela Igreja Católica, tais como o Padre José de Anchieta, o que significa que esteve muito próximo da santidade, dos altares.

Outro depoimento importante foi legado pelo mais "acerbo e encarniçado inimigo dos jesuítas": D'Alembert. Conforme (p. 150-51) o estudioso francês afirmava, nenhuma sociedade religiosa teve a glória de possuir tantos membros distintos em ciências e literatura.

De acordo com Schmitz (1994, p. 55-56), o objetivo primeiro do colégio era formar o clero, por isso enfatizava-se os bons costumes, a fidelidade à Igreja e ao Papa. A maioria dos colégios foi fundada com o beneplácito, e até mesmo uma interseção de Santo Inácio de Loyola, pois alimentava grandes esperanças em relação a essas instituições.

Além dos colégios, também foram criadas as casas de ensino, que tanto poderiam ser universidades como não. Segundo Rodeles e outros (1901, p. 26, citados por Schmitz, 1994, p. 57). "as universidades destinam-se, pois, não apenas a formar literatos, mas principalmente, além de bons cristãos, líderes e educadores cristãos, prontos a servir a Deus e a ajudar aos próximos".

Paralelamente aos colégios superiores existiam colégios ou escolas inferiores, cuja finalidade era o cultivar as letras e adquirir conhecimentos, bem como a salvação das almas, o que era conseguido através do ensino e de outras atividades. Rodeles e outros (1901, p. 26, citados por Schmitz, 1994, p. 57) destacam que "na essência, os fins dos colégios inferiores e superiores são praticamente idênticos: competência nos conhecimentos e serviço de Deus".

Conforme as normas da Companhia de Jesus não eram concedidos privilégios a ninguém nos colégios. Schmitz (1994, p. 57) esclarece que nem mesmo os maiores benfeitores das instituições escolares jesuíticas podiam desfrutar de algum privilégio, pois foram criadas especialmente para o bem do próximo e a glória de Deus, e não para a promoção de pessoas.

A Segunda Congregação Geral, em 1565 impunha suas regras da mesma forma. Em primeiro lugar, estabelece a Congregação que o número de colégios deve ser proporcional aos jesuítas disponíveis a trabalhar neles. Portanto, a criação de novos colégios ficava restrita aos recursos humanos existentes no país. Em segundo lugar, a Congregação prescrevia a boa formação dos professores, jesuítas ou leigos, para que desempenhassem um trabalho adequado nos colégios, visto que a Companhia preconizava que bons professores fazem as boas escolas. Lukác (1974, p. 9-10, apud SCHMITZ, 1994, p. 57).

Os seminários episcopais não eram bem aceitos, pois desviariam do objetivo das atividades educativas dos jesuítas. Então, só seriam aceitos com a condição de serem úteis aos colégios. Essa norma impediu a criação de outros colégios, pois se os jesuítas não

demonstrassem resistência aos seminários poderiam contar com o auxílio de alguns bispos, que também construiriam colégios caso os seminários fossem aceitos.

Outra regra da Companhia diz respeito ao número de matrículas nos colégios: cada instituição tinha o número de estudantes que fosse capaz de sustentar (conforme LUKÁČZ, 1974, p. 10, citado por SCHMITZ, 1994, p. 57). Recomendava-se prudência no início das obras, para existir um consenso – nem muitos alunos, nem poucos, deixando-se uma margem para que o colégio pudesse evoluir sem dificultar a sua administração e sustento. "Não se deve estabelecer número fixo de pessoas para o colégio, principalmente para a universidade, na qual se deveria tentar chegar a o menos a cem, crescendo depois lentamente". (RODELES e outros, 1901, p. 28, citados por SCHMITZ, 1994, p. 57-58).

Para a criação de colégios, os jesuítas também deveriam seguir a fórmula de aceitação, de autoria do Padre Laínez, executando o Cânon V da Segunda Congregação Geral. Caso sobrassem recursos financeiros depois de sustentado o colégio, os mesmos seriam utilizados em obras pias. Quem fundasse um colégio poderia determinar o número de estudantes, mas era-lhe vedado pronunciar-se quanto ao modo de administrar os recursos. Os recursos excedentes, se houvessem, seriam devolvidos aos benfeitores. (RODELES e outros, 1901, p. 28, citados por SCHMITZ, 1994, p. 57-58).

As normas envolviam também os recursos humanos, além dos financeiros. Quanto ao pessoal necessário, estabelece-se que, para um colégio de 25 alunos, haverá necessidade de um reitor, um ministro, ao menos dois confessores e um que lhes possa dar instrução espiritual, ou sermão aos domingos e festas, na igreja, e um procurador, e quatro para o serviço temporal, isto é, um cozinheiro e despenseiro; e além deles um que esteja em casa para acompanhar os alunos, e para outros recados e acidentes que sempre acontecem numa casa. (SCHMITZ, 1994, p. 58, apud RODELES, 1901, 28-29).

Evidentemente, os estudantes não poderiam exercer as funções citadas, o que poderia prejudicar seus estudos e conferir-lhes uma autoridade sem estarem capacitados. Aliás, também nos momentos de estudo é recomendado muita ponderação e prudência, para não se cair em extremos, do mesmo modo que com relação às devoções não se trata de dedicação em demasia de forma extrema"[...] o aos exercícios espirituais e devoções, mas que sejam feitos com seriedade e compenetração. O mais importante, por enquanto, são os estudos, aos quais devem dedicar-se plena e inteiramente." (SCHMITZ, 1994, p. 53).

Só deveriam estudar os alunos que fossem aptos, devendo os demais serem colocados como auxiliares. Não podiam distrair-se, nem mesmo com devoções ou para atender ao próximo era preciso perceber se os"[...] estudos são considerados com muita seriedade, e não devem ser prejudicados nem sequer por exercícios de devoção, que têm hora e duração fixas, nem por atividades apostólicas, que têm de ser deixadas para mais tarde" (SCHMITZ, 1994, p. 55).

Os estudantes deveriam ler bem, escrever bem e saber bem o latim. Precisavam prever as lições, repetindo-as, estudando sozinhos e participando nas disputas. Diariamente deveriam fazer exercícios, e de gramática de oito em oito dias. Também tinham a obrigação de mandar suas composições, repassar a matéria e resumir; fazer as lições e prestar exames, além de aprender a ensinar. Enfim, "a dedicação aos estudos deve ser total. Se muito, podem aprender a ensinar, mas sempre dentro do âmbito de seus estudos". (SCHMITZ, 1994, p. 55).

Nos colégios para ensinar, também o número de alunos determinava a quantidade de mestres. No mínimo, poderiam ter 14 ou 15 alunos, com três mestres para ensinar letras e um sacerdote para o trabalho espiritual. Assim, nesses colégios eram ensinadas letras e doutrina cristã, enquanto que as universidades, para as quais valiam os mesmos critérios

aplicados aos colégios, deveriam ensinar ciências superiores e dar grau. (RODELES,1901, p. 42-45, apud SCHMITZ, 1994, p. 59).

Em 1750, a Província dos Jesuítas no Brasil possuía 131 casas, sendo delas 17 colégios, e 55 missões entre os índios. No Sul do Brasil, até o ano de 1734 foram fundadas 21 reduções, aldeamentos indígenas habitados por mais de 100.000 índios cristianizados. (venus.rdc.puc-rio.br/jesuítas/index.htm)

Quando foram expulsos do Brasil, os jesuítas contavam com 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras funcionando em todas as cidades onde existiam Casas da Companhia de Jesus. (heloisa_c.sites.uol.com.br/hiedin.htm) Através de decretos assinados pelo Papa Clemente XIV, tais como o Dominus ac Redemptor, de 21 de julho de 1773, os jesuítas foram suprimidos em todos os cantos do mundo, com exceção da Rússia, onde a autoridade papal não foi reconhecida pelos líderes da igreja ortodoxa. Um balanço de sua obra indica que à época existiam 5 assistências, 39 províncias, 669 colégios, 237 casas de formação, 335 residências missionárias, 273 missões e 22.589 membros.

No Brasil-Colônia, com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, pode-se realmente aquilatar o valor da educação jesuítica.

Ora, quando a colônia passa por transformação dessa profundidade, que lhe altera totalmente a fisionomia, justamente quando passa de uma fase a outra de sua história, a estrutura do ensino desaba. Toda ela pertencia ao esforço dos jesuítas, tornados especialistas na transmissão dos conhecimentos. (SODRÉ, 1999, p. 27).

Após 210 anos de serviços educacionais prestados ao Brasil, os jesuítas foram banidos porque a educação jesuítica não coadunava com os interesses comerciais do Marquês de Pombal. Portugal estava decadente em relação a outras potências européias, e o Marquês pretendia reerguer o país, colocando as escolas a serviço do Estado e não mais da fé. Com o desmantelamento do sistema jesuítico, a educação brasileira praticamente voltou à estaca zero no início do século XIX. (heloisa_c.sites.uol.com.br/hiedin.htm)

A educação torna-se uma questão pública e não de fé, que pode ser tratada pelas entidades civis, o que de alguma forma a define como integrada num campo social independente da tutela da estrutura religiosa (que não dos religiosos), e portanto, podendo ser pensada segundo regras próprias, como uma coisa em si. (FELGUEIRAS, 2005, p. 122).

1.3- CRONOLOGIA DOS COLÉGIOS JESUÍTICOS

De acordo com vários autores, o apostolado da educação deu origem aos seguintes colégios, pela ordem cronológica

1541	Fundação do primeiro colégio da Companhia de Jesus, em Coimbra, pelo Rei D. João, de Portugal
1542	Colégio e universidade de Pádua
1544	Colégio fundado por S. Francisco de Borja, Duque de Gandia
1545	D. João estuda a fundação de um colégio na Alemanha
1546	Santo Inácio decide fundar colégios nas principais cidades italianas O bispo Charmont cogita na fundação de dois colégios na França
1547	Abertura do colégio de Messina
1548	Colégio de Parma
1549	Pensa-se em abrir um colégio em Ingolstadt
0	Colégios na Índia Fundação do Colégio dos Meninos de Jesus, na Bahia
1551	Início do Colégio Romano Abertura da escola do colégio de Ferrara, de Bolônia e de Veneza
1552	Primórdios do Colégio Germânico Abertura dos colégios dos meninos órfãos no Brasil
1553	Início da escola de Córdoba Solicitação de colégios na Espanha Abertura de escolas em Lisboa Abertura de escolas no Congo Inauguração do Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente
1554	Florescimento do Colégio Romano Dificuldades para a criação do colégio de Híspala Criação do terceiro Colégio dos Meninos de Jesus, em São Paulo de Piratininga
1555	Fundação das escolas jesuíticas de São Paulo de Piratininga e a da Bahia.
1556	Fundação do colégio jesuíta de Todos os Santos Aceitação do terceiro colégio de Ingolstadt, na Baviera Aceito o colégio de Villaume Charmont, na França
1557	Fundação do colégio jesuíta do Rio de Janeiro
1568	Fundação do colégio jesuíta de Olinda
1623	Fundação do colégio jesuíta do Maranhão
1646	Fundação do colégio jesuíta de Santo Inácio, em São Paulo
1654	Criação do colégio jesuíta de São Tiago, no Espírito Santo Fundação do colégio jesuíta de São Miguel, em Santos; o de Santo Alexandre, no Pará, e o de Nossa Senhora da Luz do Maranhão
1683	Fundação do colégio jesuíta de Nossa Senhora do Ó, em Recife

Fonte: (SCHMITZ, 1994, p. 45, e heloisa_c.sites.uol.com.br)

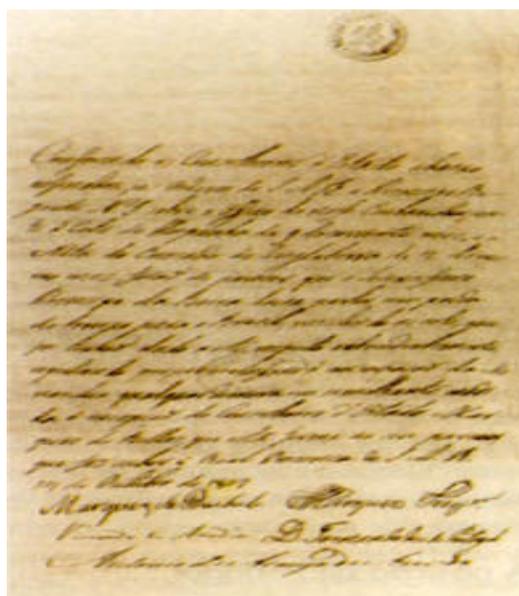
Assim, quando os jesuítas deixaram o Brasil, à derrocada seguiu-se a fragmentação, calcada num ensino fraco, dividido entre outras ordens religiosas e a incipiente

participação estatal. Posteriormente, ocorreu a restauração da Companhia de Jesus (agosto de 1814, através do Decreto do Papa Pio VII, "*Solicitude omnium Ecclesiarum*"), sendo que os jesuítas voltaram a atuar na área educacional, utilizando o mesmo método bem-sucedido na fase inicial. Com esse retorno, novos colégios são erigidos e se reestruturam as universidades em todo o mundo.

2. INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO IMPÉRIO

A situação de Portugal estava cada vez mais tensa, após a pressão francesa. A Coroa Portuguesa se viu forçada a assinar uma convenção secreta com a Inglaterra, em 22 de outubro de 1807, pela qual os dois países acertaram um tratado de cooperação, caso Portugal fosse obrigado a se voltar contra a Inglaterra, para evitar a guerra.

Os representantes dos dois países assinaram em Londres um documento com as medidas passíveis de ser tomadas por Portugal, que previa a ajuda da Inglaterra. O documento previa ainda a transferência temporária da sede da Monarquia portuguesa para a Colônia, no caso de Portugal ser invadido. Observava também o príncipe-regente para que nenhuma assistência fosse prestada aos oficiais franceses, nem no Brasil, nem na Ilha da Madeira.



Parecer do Conselho do Estado de Portugal recomendando a transferência de D. João para o Brasil, RJ, Arquivo Nacional, 1807.

em 1807, pelas tropas obrigada a vir também uma em território aparelho do português para

vinda da família real, inaugurou uma nova fase para o Brasil-Colônia, marcando o fim da etapa de colonização. Esse documento foi organizado pelos ingleses, que tinham o interesse em fazer com que o governo português se tornasse ainda mais dependente da Inglaterra.

No mesmo ano quando Portugal é invadido francesas, a família real é para o Brasil, provocando reorganização administrativa colonial. A transferência do Estado metropolitano o território colonial, com a



Francisco Bartolozzi, Embarque de D. João e de toda a Família Real no Porto de Belém, a 27 de novembro de 1807, RJ, Museu Histórico Nacional.

Fonte:http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/corte_rj.html

O embarque de D. João foi inesperado, decidido de última hora. Veio com ele da Colônia um aparelho burocrático como: ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do Exército e da Marinha e membros do Alto Clero. Baús com roupas, malas, sacos e engradados seguiam junto com as riquezas da Corte. Obras de arte, objetos dos museus, a Biblioteca Real com mais de 60 mil livros, todo o dinheiro do Tesouro português e as jóias da Coroa, bem como cavalos, bois, vacas, porcos e galinhas e outros alimentos.

Durante o período de permanência de D. João no Rio de Janeiro, o número de habitantes da capital dobrou, passando de 50 mil para cerca de 100 mil pessoas.



Na rua MataCavalos se localizavam as casas dos funcionários da Corte.

Fonte:http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/corte_rj.html

A sociedade "[...] refinava-se, de outro lado, não apenas pelas novidades que lhe traziam os estrangeiros, mas igualmente pelos salões que se vinham abrindo, para as reuniões elegantes, promovidas pela nobreza chegada com a Corte. As residências, em conseqüência, já apresentavam um bom tom, que diferia profundamente das pobres moradias do período anterior". (BUARQUE)



Jean Baptiste Debret, Teatro de São João, inaugurado no Rio de Janeiro em 1813, Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 1834.

Fonte: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/corte_rj.html

Mudavam os costumes das famílias, dando às mulheres, mais liberdade para sair às ruas. Multiplicavam-se as lojas de modas e os cabeleireiros, freqüentados por senhoras da aristocracia da Corte. O príncipe-regente permitiu a qualquer pessoa a abertura de escolas de primeiras letras, que na maioria funcionavam na própria casa do professor. Já os filhos das famílias ricas recebiam sem suas casas os preceptores, para dar-lhes a noção das primeiras letras.



Jean Baptiste Debret, Vendedores de Flores à Porta de uma Igreja, Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 1834.

Fonte: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/corte_rj.html

Dom João VI realiza, no Brasil escravocrata e monocultor, adaptações no plano econômico com a abertura dos portos; no plano político, com a reorganização administrativa, pública e jurídica; e no plano cultural, com as escolas superiores. Tais mudanças, apesar de contraditórias dada a realidade do país e realizadas para privilegiar apenas uma classe e suas regalias, viriam influenciar a formação de um novo contexto na recém-metrópole.

A partir desta nova realidade se fez necessária uma série de medidas no campo intelectual como a criação da Imprensa Régia e a instalação da Biblioteca Pública. No

campo educacional são criados cursos para o preparo de pessoal mais diversificado e começa a história das Escolas de Ensino Superiores: a Academia Real da Marinha (1808), Academia Real Militar (1810), Academia Médico-Cirúrgica da Bahia (1808) e Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro (1809).

A vinda da Corte suscitaria a criação de um Estado monárquico, mantendo os padrões do absolutismo, em um território até então dominado pelas falidas capitanias. Aliado ao modo de produção escravocrata e garantindo o poder absoluto do rei, as bases do governo, inclusive as bases econômicas, foram garantidas com métodos entre dilatações, como é o caso da censura da imprensa, mantendo a dominação de uma classe sobre a outras, mas com a ilusão de progresso e modernidade. Inclui-se neste contexto, e para manutenção da poder absolutista, a estrutura administrativa portuguesa que seria responsável pelos ministérios e pela burocracia implantada na nova Corte, tendo como parâmetro as tradições portuguesas e sem conhecer a realidade brasileira.

Mesmo que esta abertura tivesse um objetivo elitista, principalmente a abertura dos portos que possibilitaria a monarquia exportar sua produção e adquirir os bens necessários à sua subsistência, (FAORO, 1979, p. 249), desencadeou-se a entrada de outras ideologias, principalmente com a vinda dos imigrantes, entre elas o pensamento liberal, que iniciaria o embate histórico contra as práticas obscurantistas e despóticas.

Os conflitos entre a ideologia mercantilista e capitalista liberal teriam, apesar de bases diferentes, o patrimonialismo em suas ações. De um lado a conservação do poder da Coroa e, de outro, a conservação do poder na classe dominante de proprietários agrários, concretizando-se mais tarde com o advento da Proclamação da República.

É nesta efervescência de idéias que surgem as correntes contrárias ao absolutismo monárquico, entre elas a Inconfidência Mineira que, entrelaçada ao liberalismo, daria os primeiros passos rumo à independência e finalmente a queda da monarquia.

Com a possibilidade de contato com mais idéias e mediante a mudança da sede do reino, o novo governo teve que realizar uma série de medidas, entre elas na área educacional, a fim de suprir a demanda que o país tinha.

Longe de realizar tais medidas para o bem estar do povo, aqui já instalado, o governo de dom João VI instituiu através de um decreto, em 1826, quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias.

Houve investimentos no ensino técnico e no superior, enquanto a educação do povo, com estudos primários e médios, ficou esquecida, caracterizando um período de poucos avanços educacionais.

O primário continuaria com a escola para ler e escrever, na qual foram criadas mais 60 cadeiras, e no secundário permaneceria a organização de aulas régias com a criação de mais 30 cadeiras de gramática latina (CARVALHO, 1982, 45).

As Instituições Escolares de primeiro grau, chamadas de Pedagogias, compreendiam o ensino elementar e primário e tudo o que é indispensável ao homem, qualquer que seja sua posição ou profissão. Os institutos desenvolviam as matérias do primeiro grau e acrescentavam todos os conhecimentos indispensáveis aos agricultores, aos artistas, aos operários e aos comerciantes. Já os Liceus compreendiam todos os conhecimentos científicos que servem de base ou de introdução ao estudo aprofundado da literatura e das ciências, e toda espécie de erudição. (ALMEIDA, 1989, p. 80)

Todavia, é no nível superior, mesmo que ainda se limite a cursos sem estrutura universitária, que o governo irá centrar suas ações. Para criar o ensino superior no Brasil, D. João VI instalou em 1808 a Escola Médica da Bahia e no Rio de Janeiro, Economia Política e Escola de Comércio. Em 1812 foi criado o Ensino de Química, no Rio de

Janeiro; Agricultura, no mesmo ano, na Bahia; Botânica, em 1814, em complemento à Escola de Agricultura; Farmácia, em 1814, na Bahia; Escola de Belas Artes, em 1816.

Com intuito de formar oficiais e engenheiros civis e militares são criadas a Academia Real da Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810), que passou para Escola Central, em 1858, depois Escola Politécnica, em 1874, e finalmente Escola Nacional de Engenharia. Em 1812, em Minas Gerais, é criada a escola de serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros.

Estes cursos representam os primeiros passos do Ensino Superior no Brasil, seguindo as necessidades reais do país, mesmo que a preocupação seja basicamente profissionalizante.

2.1- O RETORNO DA FAMÍLIA REAL

Com a volta da família real a Portugal, em 1820, e a Proclamação da Independência por Dom Pedro I, em 1822, era necessário - devido à autonomia política - uma constituição que viesse garantir e regulamentar o Estado

Projeto inspirado na Constituição Francesa de 1791, a nova lei de cunho liberal, que veria regulamentar contraditoriamente o Estado Monárquico impunha, devido à conquista da autonomia, exigências à organização educacional e a possibilidade da sistematização para a educação do país.

Em seu artigo 250, a nova Constituição declara que “ Haverá no império escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca, e universidades nos mais apropriados locais” (CARVALHO, 1982, p. 48).

Com a expulsão dos jesuítas^{iv}, que tinham o monopólio da educação numa mesma fé, sob os ditames de uma única Coroa, toda a estrutura organizada é abandonada e aquilo que era chamado de ensino se era deficitário agora seria pior, pois não foi substituído por nenhum que fizesse frente ao que vinha sendo oferecido. Como estávamos sob a mesma Coroa, Portugal não demonstrava nenhum interesse pela expansão do ensino brasileiro. “Um ensino precário foi assegurado, de maneira irregular, por outras ordens religiosas e por outros leigos. A unidade administrativa escolar não foi alcançada, por falta de bases materiais e culturais” (HOLANDA,1997,p.366).

É importante ressaltar que antes da promulgação da constituição em 1824, a Assembléia Constituinte, em 20 de outubro de 1823, adotou uma lei semelhante a portuguesa. Em virtude desta lei todo cidadão poderia abrir uma escola elementar sem obrigação de licença ou autorização (ALMEIDA, 1989, p. 57), como tentativa de suprir a falta de professores. Outro fato é a propagação do ensino mútuo, com o método Lancaster, trazido da Inglaterra, que unido à liberdade de abrir escolas, conforme as idéias os liberais da época, unidas a este novo modo de instrução, difundiriam rapidamente a instrução necessária às massas. Neste mesmo ano o governo criaria uma Escola de Ensino Mútuo, instalada no Rio de Janeiro e para propagar este sistema, uma ordem ministerial exigiu que cada província do império o envio de um soldado que seguiria as lições desta escola a fim de aprender aí o método para propagá-lo na província de origem (ALMEIDA, 1989, p. 57).

A Constituição de 1824, em seu artigo 179, limitou-se a estabelecer a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos; em 1827, uma lei determinou a criação de uma escola de primeiras letras em cada cidade, o que não chegou a ser cumprido; em 1854 o ensino primário foi dividido em elementar^v e superior^{vi}. Os orçamentos eram poucos, escravos não podiam freqüentá-lo e não era exigido antes do ensino secundário.

A disseminação das Instituições Escolares elementares e secundarias e um fato: em São Paulo, em 1862, a província tinha, funcionando, 79 escolas de primeiras letras masculinas e 64 femininas, dez aulas avulsas de latim e francês e uma de desenho e pintura, ao passo que os estabelecimentos particulares somavam 83 escolas elementares para meninos e 41 para as meninas, mais 47 aulas avulsas de latim, francês, inglês, geometria e aritmética, retórica, história, geografia e filosofia; dez anos depois, já haviam sido criadas 314 escolas publicas elementares masculinas e 197 femininas, e estavam registradas na Inspetoria da Instrução 46 escolas particulares de primeiras letras para meninos e 24 para meninas, mais 24 colégios e 10 aulas avulsas de estudos secundários, para única aula publica de latim e francês (Barbanti, pp. 33- 36). Isso significa que a escola era, simultaneamente, uma instituição de educação procurada e oferecida a população, o que justificava que os diferentes grupos sócio-culturais disputassem o seu controle (HILSDORF, 2003, p. 50).

Quadro representando o Pátio do Colégio em 1840, aproximadamente.



Fonte Estadão 100 anos

O ensino técnico profissional e o ensino normal foram marginalizados durante o Império pelo poder público, uma vez que a estes não se facultava o ensino superior; pela clientela escolar, uma vez que quem estudava nesse período provinha da elite, e a escola era seu passaporte para o ensino superior. O abandono fica claro quando, em 1864, havia apenas 106 alunos matriculados no ensino técnico brasileiro.

A formação do professor, por ser o cargo vitalício, não havia necessidade de ser alterada. Os mesmos eram selecionados sob três condições: maioridade, moralidade e capacidade, esta às vezes medida através de concursos.

As primeiras escolas normais foram criadas nas províncias do Rio de Janeiro e da Bahia, na década de 1830. E somente em 1875, na capital do Império, foram instituídas

duas escolas normais, sendo uma para homens e outra para mulheres, transformada em única em 1880, quando realmente se iniciou o desenvolvimento das escolas normais no Brasil. Os estudos normais tinham matérias relacionadas à função docente.

O legado da Colônia em relação ao ensino secundário foi uma série de aulas avulsas e dispersas, com a função de preparar os alunos para os cursos superiores.

A partir de 1834 o ensino secundário ficou estabelecido como sistema regular seriado, oferecido pelo Colégio de Pedro II e eventualmente pelos liceus provinciais e alguns estabelecimentos particulares; e sistema irregular e inorgânico (cursos preparatórios e exames parcelados para ingresso ao ensino superior).

Essa dualidade era fortalecida pelas normas que regulamentavam o ingresso ao ensino superior. Se o indivíduo tivesse idade e fosse aprovado nos exames parcelados não teria necessariamente que ter concluído o ensino secundário regular. Por outro lado, se concluía o ensino secundário regular nos liceus não dava direito a ingressar nos cursos superiores sem a prestação dos exames. Isso fragmentou o ensino secundário e, no final do Império, até o colégio de Pedro II oferecia cursos avulsos com frequência livre e exames parcelados.

Com a proclamação da Independência o governo se preocupou em formar os alunos e os futuros cidadãos, apesar de estes serem apenas os filhos de homens livres, a elite dirigente do país, preocupando-se em criar escolas superiores e regulamentar o acesso as mesmas.

Apesar de que desde 1854 algumas leis a favor da educação tenham sido elaboradas, a maioria da população continuava analfabeta. Poucos alunos chegavam ao secundário e à universidade, um privilégio apenas a elite. Até a Proclamação da República pouco se fez de concreto pela educação.

Em resumo a situação escolar de alguns estados, em 1864, era:

Províncias	Total de alunos no ensino em 1864							
	Primário				Secundário			
	Público		Privado		Público		Privado	
	Meninos	Meninas	o	a	o	a	o	a
PR	1101	504	874	22	38	0	0	0
SP	4376	2333	3146	1982	127	0	500	0
RJ	4821	1711	1193	714	50	575	0	157
MG	14705	2204	0	0	787	0	0	0

Fonte: ALMEIDA, José Pires. **História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)**.

Para atender as novas exigências de organização da educação pública de forma a atender o país, que indicava para as idéias de “modernidade liberal”, marcadamente por resultados legislativos onde a Igreja Católica durante os dois primeiros séculos de colonização brasileira, os jesuítas foram os únicos que reinavam absolutos e os discursos contra esse determinismos começavam a fazer ressonância, para a troca do que era território da Igreja, para ser substituído para responsabilidade do Estado através da idéia de público.

O período de 1820-1830 é considerado liberal, marcado por governar com constituição, porém limitado pelo poder Moderador que conferia ao imperador excepcionais poderes e levava a um governo efetivamente centralizador. A educação, sem uma política de educação e ensino, que não houve crescimento das oportunidades

educacionais, onde a escola não estava presente, não houve mudanças, nas condições de trabalho do professor e as mulheres eram educadas em casa etc.”

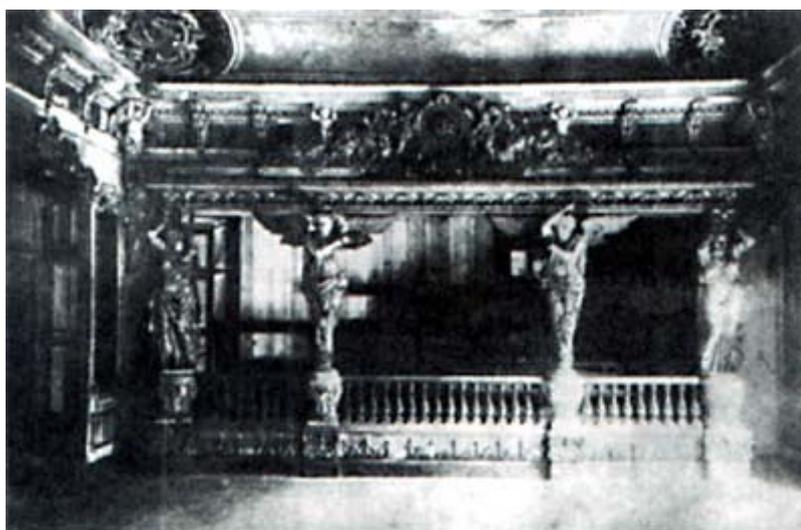
Em 1837, foi fundado no Rio de Janeiro o Colégio Pedro II, que deveria de ser um modelo para outras escolas. Só ele fornecia o diploma de bacharel, título necessário na época para cursar o nível superior. Foram também criados nessa época colégios religiosos e alguns cursos de magistério em nível secundário, exclusivamente masculinos.



Colégio Pedro II, 1861, MG, Museu Mariano Procópio.

Fonte:http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/criacao_pedroii.html

Em 1837, o Colégio de Pedro II tornou-se o Seminário dos Órfãos de São Pedro, criado em 1739 por Frei de Guadalupe. Recebeu diversas denominações como: Seminário de São Joaquim e Imperial de São Joaquim, até receber a denominação de Colégio Pedro II. Passou a chamar-se Instituto de Ensino Secundário pelo decreto de 2 de dezembro de 1837.



Tribuna de Música do Salão do Colégio Pedro II, Esculturas em homenagem aos sábios da humanidade, e o trono dos Braganças, MG, Museu Mariano Procópio.

Fonte:http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/criacao_pedroii.html

O Colégio Pedro II era considerado uma escola-modelo. Era freqüentado pela aristocracia, que tinha como objetivo oferecer o melhor ensino e a melhor cultura às elites dirigentes.

Em 1842, os jesuítas começaram a voltar ao Brasil. Chegaram ao país os jesuítas alemães, que foram para o Sul, e os italianos, que foram para a Região Sudeste. Mais tarde, vieram os portugueses, que foram para o Nordeste.

Em 1867, é fundado em Itú, São Paulo, o Colégio São Luís. Em 1890, inaugurado o Colégio Anchieta. Outros se colégios são instalados nas principais capitais, como: Rio de Janeiro, Florianópolis, Salvador, Recife.

A presença do Estado, nesse momento, era quase imperceptível, pois estávamos diante de uma sociedade escravagista, ditatorial e formada para atender a uma minoria encarregada do controle sobre as novas gerações. Fica evidenciada a contradição da lei que propugna a educação primária para todos. No entanto, o governo imperial atribuía às províncias a responsabilidade direta pelo ensino primário e secundário, através das leis e decretos que vão sendo criados e aprovados, sem que sejam aplicados, pois não existiam escolas e poucos eram os professores.

Os alunos dos liceus^{vii} estavam sujeitos em lei às mesmas penalidades e às mesmas disciplinas que eram determinadas para os meninos das escolas primárias. Os professores selecionados para trabalhar nos liceus eram também nomeados pelo presidente da província, mediante exames ou concurso perante uma comissão formada por dois membros. Os professores dos liceus eram nomeados diante das seguintes condições definidas: ser cidadão brasileiro, ter idade de 21 anos, promover moralidade e capacidade profissional.

Os professores das escolas particulares deveriam ensinar de acordo com os princípios morais públicos e a religião do Estado. Caso fizessem o contrário aos princípios determinados ou praticassem atos escandalosos e ofensivos aos bons costumes, formar-se-iam contra ele o processo estabelecido no capítulo 4, do título e, sendo o acusado julgado precedente, mandaria o presidente da província fechar a escola ou colégio.

Referência Bibliográfica

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALMEIDA, José Pires. **História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP-MEC, 1989.
- ARANTES, O.B.Fiori.(org.) **Política das Artes**. São Paulo, EDUSP, 1995.
- BOBBIO, Norberto. et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Unb, 1995. p. 1-6
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização** . São Paulo: Companhia das Letras, 1992 : 27
- CARVALHO, Marta M.C. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CASTRO, Eugênio de. **A Expedição de Martim Affonso de Sousa: 4º Centenário da Fundação de S.Vicente**. F. Briguier & Cia: Rio De Janeiro, 1932.
- COMPANHIA de Jesus. Disponível em <pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_de_
- CORDEIRO, J. P. Leite. **Braz Cubas e a Capitania de São Vicente**. São Paulo, 1951.
- COUTO, J. ; MELO, V.
- COSTA, Emília Viotti da **.Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. Livraria Editora Ciências Humanas. Segunda Edição. São Paulo, 1979.

CROUZET, Maurice (Org.) **Historia Geral das Civilizações – os séculos XVI e XVII: os progressos da civilização européia**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. V.9, p. 177

FELGUEIRAS, Margarida Louro. **Escola pública em Portugal (século XVII-XX)**. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

Grande Enciclopédia Larrouse Cultural. Volumes 5 e 21. Plural Editora e Gráfica: São Paulo, 1998.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **Historia da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HISTÓRIA da educação. Disponível em <heloisa_c.sites.uol.com.br/hiedin.htm> Acesso em 19/11/2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. 1º Volume. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1960.

IESDE, Coleção Base, Vol. 2. Editora Moderna, 2000, p.80-83

JESUÍTAS Brasil . Disponível em <venus.rdc.puc-rio.br/jesuitas/index.htm> Acesso em 25/11/2005.

JESUÍTAS Brasil Nordeste: **Província da Bahia**. Disponível em <www.jesuitas.org.br/pt/provincia/secxx.htm> Acesso em 25/11/2005.

PILETTI, Nelson. **Historia da educação no Brasil**. São Paulo: Ática. 2ª ed. 1991.

PRIORE, Mary Del. (Org.) **História da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

SAES, Décio. **República do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SAVIANI, 1984.

SCMITZ, Egídio Francisco. **Os jesuítas e a educação: filosofia educacional da Companhia de Jesus**. S. Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da cultura brasileira**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Texto retirado da internet no endereço <http://www.historiadobrasil.com.br>

THEODORO, Janice. **São Paulo- Quatro Séculos de História**. Artigo retirado da internet no endereço <http://www.ceveh.com.br/artigos/sampa.htm>.

Artigo recebido: 15/ 12/2007

Aprovado para publicação em: 15/01/2007

Notas

ⁱ Este artigo é parte do texto sobre o tema “História das Instituições Escolares no Brasil” produzido para o CDROM 20anos de HISTEDBR - Navegando pela História da Educação. A publicação desse texto visa divulgar na revista HISTEDBR On-Line como forma de ampliar o estudo deste tema.

ⁱⁱ Professora da Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR – UEPG, Coordenadora do Grupo de pesquisa História e Sociedade nos Campos Gerais-PR e Secretária Executiva Nacional do HISTEDBR

ⁱⁱⁱ Esses estudantes eram Pedro Faber, Francisco Xavier, Alfonso Salmeron, Jacob Laines, Nicolau Bobedilla e Simão Rodrigues. Em 1537 eles conseguiram aprovação do Papa Paulo III, sendo ordenados padres em Veneza. Devido à guerra entre o imperador, Veneza, o papa e os Turcos (Seljuk), era perigoso viajar para Jerusalém, e os novos padres começaram a fazer pregações e a atuar em obras na Itália. Depois Loyola enviou seus companheiros e missionários para diversos países europeus, incumbindo-lhes de fundar escolas, liceus e seminários. (pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_de_Jesus)

^{iv} Através do Alvará Régio de 3 de setembro e da Carta Régia de 4 de outubro de 1759, incentivado pelo Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Rei D. José I, determinou a expulsão dos jesuítas de todos os domínios portugueses, tendo seus bens sido inventariados e seqüestrados para serem incorporados ao erário real.

^v Ensinava-se aqui a instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções essenciais de gramática, princípios elementares de aritmética e o sistema de pesos e medidas.

^{vi} Aqui incluíam-se dez disciplinas.

^{vii} Nos liceus eram oferecidos os estudos divididos em oito cadeiras: língua e literatura latina; línguas e literatura inglesa e francesa; língua e literatura alemã; matemática elementar, aritmética, geometria, álgebra e trigonometria; geografia e história, especialmente as do Brasil; filosofia e teórica; princípios gerais de ciências físicas e naturais. (Art. 73).